

BARREIRAS MACROECONÔMICAS AO EMPREENDEDORISMO NO BRASIL

Gilmar Mendes Lourenço

Algumas informações oriundas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especificamente no que diz respeito ao mercado de trabalho, levaram alguns analistas mais afoitos, ou menos atentos ao curso da conjuntura, a cometerem pelo menos dois equívocos primários.

De um lado, os especialistas negligenciaram a situação de prolongada e profunda recessão, vivida pelo país entre abril de 2014 e dezembro de 2016, quando o produto interno bruto (PIB) encolheu 8,6%, que foi seguida de igualmente longa estagnação econômica, marcada por expansão acumulada de 2,9% do PIB, entre março de 2017 e setembro de 2019. De outro, os experts reforçaram a defesa da tese de ocorrência de uma espécie de surto de empreendedorismo por aqui.

De fato, a PNAD vem apurando seguidos recordes no volume de **trabalhadores por conta própria** no país, que chegou a 24,4 milhões de pessoas, no terceiro móvel encerrado em outubro de 2019, equivalendo a 26,0% da população ocupada (PO) e acréscimo de 3,9% (913 mil de pessoas) em confronto com igual período de 2018.

Porém, interpretações mais entusiasmadas podem ser facilmente derrubadas por meio da constatação de que 79,6% do universo declarado por conta própria, ou 20,7% da PO, correspondem àqueles agentes que não possuem CNPJ e amargam rendimento médio real habitual equivalente a 57,0% e 60,4% da remuneração média mensal de todos os trabalhos (R\$ 2.317) e dos empregados (R\$ 2.187), respectivamente. (Tabela 1).

TABELA 1 - BRASIL - ASPECTOS GERAIS DA INFORMALIDADE – AGOSTO-OUTUBRO/2019

Categoria de ocupação		Volume de pessoas	% da população ocupada total	% na remuneração média total
Por conta própria	TOTAL	24.446 (RECORDE)	26,0	73,1
	Sem CNPJ	19.466	20,7	57,0
	Com CNPJ	4.980	5,3	135,8
Sem carteira assinada	TOTAL	21.137	22,5	54,8
	Iniciativa privada	11.852	12,6	60,0
	Serviços domésticos	4.565	4,9	32,5
	Servidores públicos	2.610	2,8	83,1
	Serviços familiares auxiliares	2.110	2,2	38,8
TOTAL - informalidade		45.583	48,5	59,3*
TOTAL - População Ocupada		93,8	100,0	100,0 (R\$ 2.317)

FONTE: IBGE, * 28,7% da massa de renda de todos os trabalhos.

Já os que dispõem de CNPJ respondem por 20,4% dos por conta própria e 5,3% da PO e obtiveram renda média 35,8% e 43,9% superior à registrada pelo total dos trabalhos e empregados, respectivamente.

O retrato da dinâmica de ocupações torna-se ainda mais dramático quando se verifica que 11,9 milhões de trabalhadores, ou 12,6% da PO, exercem atividades sem carteira assinada na iniciativa privada e auferem remuneração média correspondente a 70,3% da média do segmento e 63,6% daqueles com vínculos formais.

Se forem acrescentados os serviços prestados desprovidos de carteira por empregadas domésticas e funcionários do setor público, além do contingente empenhado em tarefas familiares auxiliares, que representam 4,9%, 2,8% e 2,2% da PO, respectivamente, têm-se 48,5% da força de trabalho ocupada atuando na informalidade, com remuneração equivalente a 59,3% da média total.

Diga-se de passagem, que o esforço informal foi o maior responsável pela queda, ainda que tênue, das taxas de desemprego no país, de 11,8% para 11,6% da força de trabalho, entre julho e outubro de 2019, o que caracteriza alarmante precarização na absorção deste fator de produção.

Por essa ordem de observações, parece razoável supor a existência de um imbróglcio macroeconômico que, ao mesmo tempo, fragiliza a operação do espaço laboral e inibe desejos e obstaculiza incursões empreendedoras, aspecto corroborado com a consulta a um cardápio bastante indigesto de estatísticas relativas ao comportamento da oferta e da demanda.

Começando pelo nível de atividade, apesar da discreta melhora exibida entre os meses de agosto e outubro, os indicadores de produção, faturamento real, massa de salários reais e salário médio real da indústria, acompanhados pelo IBGE e Confederação Nacional da Indústria (CNI), decresceram -1,1%, -1,1%, -1,6% e -1,4%, respectivamente, entre janeiro e outubro de 2019, em relação ao mesmo intervalo de 2018, que, aliás, foi fortemente afetado pela paralisação do transporte rodoviário de cargas, acontecida em maio, e as incertezas associadas ao ciclo eleitoral.

Com tal desempenho, a produção fabril encontra-se 16,3% e 15,1% abaixo dos níveis registrados em 2011 e 2014, respectivamente, e faturamento real, montante total de remunerações e rendimentos médios situam-se 18,0%, 18,6% e 3,4%, aquém dos resultados alcançados em 2014.

Passando à fronteira externa, nota-se que as exportações em dólares decresceram -6,4%, entre janeiro e novembro de 2019, em razão da combinação entre diminuição da demanda e dos preços das commodities, crise argentina e ausência de ações oficiais consistentes na direção da intensificação da inserção externa das corporações atuantes em território nacional. Já as importações diminuíram -2,1%, em compasso com a fadiga da economia doméstica.

A marcha das variáveis determinantes da potência do consumo esbarra em enormes barreiras expressas no elevado desemprego e endividamento privado.

De seu turno, a marcha das variáveis determinantes da potência do consumo também esbarra em enormes barreiras, expressas em desemprego pouco inferior a 12% da população economicamente ativa (PEA), o dobro da época pré-crise, em 2013 e 2014, e elevado endividamento privado.

De acordo com a Confederação Nacional do Comércio (CNC), a despeito do recuo do endividamento, apurado entre setembro e outubro de 2019, de 65,1% para 64,7% do total de famílias, houve subida em relação a outubro de 2018 (60,7%), fortemente concentrada no cartão de crédito (78,9% do total), que, no rotativo, cobra juros médios de 307,2% ao ano, conforme pesquisa do Banco Central (BC). (Tabela 2).

TABELA 2 - BRASIL – ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS – 2018/2019 (% EM RELAÇÃO AO TOTAL)

PERÍODO	TOTAL DE ENDIVIDADOS	DÍVIDAS OU CONTAS EM ATRASO	NÃO TERÃO CONDIÇÕES DE PAGAR
Outubro de 2018	60,7	23,5	9,9
Setembro de 2019	65,1	24,6	9,6
Outubro de 2019	64,7 (10,470 milhões de pessoas)	24,9 (3,987 milhões)	10,1 (1,717 milhões)

FONTES: CNC

Para piorar, houve ascensão das contas em atraso (de 24,6% para 24,9% do total), em média de 64 dias, e das menções de não disponibilidade de condições para a realização da quitação dos débitos (de 9,6% para 10,1%).

Isso é particularmente preocupante quanto se leva em conta o aumento do contingente de brasileiros alojados na extrema pobreza (com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 1,90, por dia, conforme critérios do Banco

Mundial, equivalente a R\$ 145 mensais), que passou de 5,8% do contingente total, em 2012, para 6,5% em 2018, um recorde em sete anos, englobando 13,5 milhões de pessoas, contra 11,3 milhões, em 2012, segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), do IBGE.

Na mesma linha, a parcela de brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza (com rendimento diário inferior a US\$ 5,5, ou menos de R\$ 420 per capita por mês) subiu de 22,8% do total, em 2014, para 25,3%, em 2018, abarcando 52,5 milhões de pessoas.

Especificamente quanto a um eventual empuxe empreendedor, os dados estruturais do IBGE, oriundos do trabalho “Demografia das Empresas e Estatísticas de Empreendedorismo 2017”, não trazem mensagens animadoras. Apenas 40% das 597,2 mil empresas abertas em 2012 permaneciam ativas em 2017, contra 47,8% nos tempos que antecederam a depressão, entre 2008 e 2013. Das que fecharam somente 7,6% empregava pessoal de nível superior e a maioria era constituída apenas por donos e sócios. (Tabela 3).

TABELA 3 - BRASIL – SOBREVIVÊNCIA DE EMPRESAS APÓS 5 ANOS – PERÍODOS SELECIONADOS

PERÍODO	SOBREVIVÊNCIA (%)
2008-2013	47,8
2009-2014	41,4%
2010-2015	39,0
2011-2016	39,3
2012-2017	39,8

FONTE: IBGE

A radical modificação do cenário inóspito requer a formulação e implantação de um arranjo institucional que proporcione expressiva melhoria do ambiente de negócios.

A radical modificação desse cenário inóspito requer essencialmente a formulação e implantação de um arranjo institucional que proporcione expressiva melhoria do ambiente de negócios, ancorado em ações que favoreçam a organização de um círculo sustentado de recuperação econômica.

Para tanto, afigura-se crucial a adoção de providências que, dentre outras coisas, oportunizem contração da cunha tributária, amparada na flexibilização do sistema de cobrança de impostos, e acentuado declínio do custo e democratização do acesso ao crédito, especialmente por meio do transbordamento dos sucessivos cortes da Selic sobre das demais taxas cobradas dos tomadores finais, em linha com o derretimento da inflação e a curva de juros globais, o que exige o desmanche da exagerada enorme concentração bancária prevalecente no Brasil. O restante vem depois.

Só a título de ilustração, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, que mede a inflação para a uma cesta de produtos e serviços consumidos por famílias com renda mensal entre um e quarenta salários mínimos, subiu 2,54% em doze meses encerrados em outubro de 2019, a menor variação desde 1998, para uma taxa básica de juros de 5,0% a.a., o que representa juro real de 2,5% a.a., bastante acima do praticado nos mercados avançados e emergentes.